

MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO EM EDITORIAL DE JORNAL: ESTRATÉGIAS LINGUÍSTICAS DE CONSTRUÇÃO ARGUMENTATIVA

Alex Jefferson Medeiros Fernandes da Silva¹
Caio Mieiro Mendonça²

RESUMO: Este artigo apresenta uma proposta de análise para o texto *Um grande retrocesso*, pertencente ao gênero discursivo editorial, que foi publicado no jornal O Globo, em novembro de 2017, a partir dos postulados da Teoria Semiolinguística do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau (2007), contando também com alguns suportes

ABSTRACT: This article presents an analysis proposal to the text *Um grande retrocesso* (“A big setback”), from the editorial discursive genre, which was published in the O Globo newspaper at november 2017, based on the Discourse Semiolinguistics theory, proposed by Patrick Charaudeau (2007) and adopting some concepts of Text Linguistics (MARCHUSCHI,

¹ Mestrando em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: alex.jeff.silva@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0103-0837>. Conceptualização, visualização, escrita - rascunho original, escrita - análise e edição.

² Mestrando em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: caio.mieiro@gmail.com. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-1264-3914>. Conceptualização, visualização, escrita - rascunho original, escrita - análise e edição.

teóricos da Linguística do Texto (MARCURSCI, 2008). O trabalho é um estudo piloto que desenvolve uma análise qualitativa do exemplar, observando a utilização de procedimentos linguístico-discursivos no desenvolvimento da defesa da tese apresentada no texto, e a evidenciar como se revelam as estratégias de convencimento utilizadas no gênero em análise. Para tanto, tomam-se por base os conceitos de *contrato de comunicação* e de *modos de organização* do discurso (CHARAUDEAU, 2008). A escolha do exemplar analisado se justifica por: a) o jornal O Globo ter grande circulação, favorecendo a divulgação das opiniões do editorial; b) o gênero ser assaz conhecido, sendo suas intenções comunicativas bastante evidentes; c) a atualidade das discussões sobre o aborto e os direitos das mulheres de legislar sobre seus próprios corpos. Como resultados, observou-se o uso dos quatro modos de organização do discurso (enunciativo, argumentativo, descritivo e narrativo) no texto, a favor da argumentação, e que a alternância entre os modos de organização durante o texto acontece: a) destacando a opinião de terceiros, b) apresentando dados

2008). The paper is a pilot study that introduces a qualitative analysis of the linguistic-discursive procedures used in the defense of the thesis presented in the editorial and to describe how the convincing strategies used in the analyzed genre are revealed. Therefore, this study relied on communications contract and discourse organization modes concepts (CHARAUDEAU, 2008). The election of the text is justified by the range of the journal, by its theme and by the current need to debate women rights and their possibility to opt for abortion whenever it's necessary. As results, it was observed the use of the four discourse organization modes (enunciative, argumentative, descriptive and narrative) in favor of the argumentation, and it happens an interchange between the organization modes in the text: a) to highlight the opinion of third parties, b) to present factual data and c) to reiterate the journal's view.

factuais, e c) reiterando o ponto de vista do periódico.

PALAVRAS - CHAVE :
Semiolinguística do discurso;
Modos de organização do discurso;
Editorial de jornal.

KEYWORDS: Discourse
semi linguistics; Discourse
organization modes; Editorials.

INTRODUÇÃO

Este estudo piloto é uma proposta de análise de um exemplar do gênero editorial a partir das contribuições da Teoria Semiolinguística do Discurso (CHARAUDEAU, 2007; 2008), a qual permite evidenciar os procedimentos linguístico-discursivos utilizados para a produção dos sentidos do texto. O texto selecionado para análise é *Um grande retrocesso*, um editorial publicado no jornal O Globo, em novembro de 2017. O editorial é um texto responsável por apresentar a opinião do jornal acerca do tema em discussão, neste caso, da criminalização do aborto, a partir da discussão sobre a PEC 181 na Câmara dos Deputados. A escolha do texto analisado se justifica por: a) o jornal O Globo ter grande circulação, favorecendo a divulgação das opiniões do editorial; b) o gênero ser assaz conhecido, sendo suas intenções comunicativas bastante evidentes; c) a atualidade das discussões sobre o aborto e os direitos das mulheres de legislar sobre seus próprios corpos.

A partir da análise dos quatro modos de organização do discurso utilizados no texto, quais sejam o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo, destaca-se a função desempenhada por cada um deles, bem como sua contribuição para a construção e organização dos argumentos em favor da tese defendida, e leva-se em conta, além disso, a noção de contrato de comunicação, a fim de se levantar o conjunto de fatores que determinam a troca languageira.

Tomam-se por base análises prévias do gênero que destacam que, na confecção de um editorial de jornal, muitas estratégias são utilizadas para garantir graus de objetividade e informatividade ao texto, por meio de uma linguagem que se apresenta mais neutra, apesar de o gênero em análise ser, por excelência, argumentativo (MEDIANEIRA DE SOUZA, 2006; PERFEITO, 2007; CRUZ, 2018). Pretende-se, a partir disso, evidenciar, por meio das estruturas linguístico-discursivas, como estas colaboram para sustentar a opinião defendida no texto. Os resultados até então obtidos comprovam que há inúmeras formas de influenciar o leitor a aderir determinado ponto de vista e que muitas das estratégias utilizadas se ancoram mais no como se diz do que no que é dito.

Destaca-se que o que se objetiva com este trabalho não é apresentar análises generalizantes aplicáveis a qualquer exemplar do gênero, mas, a partir de uma análise qualitativa, verificar, por meio dos pressupostos básicos da Teoria Semiolinguística do Discurso, como a linguagem opera ora para a

exposição do ponto de vista do periódico e ora para o estabelecimento da neutralidade esperada do gênero.

O corpo deste trabalho divide-se em cinco seções, contando com esta breve introdução. A segunda seção – Fundamentação teórica – concentra-se na apresentação do aporte teórico utilizado para o desenvolvimento da análise e é dividida em três subseções: Língua como atividade situada, na qual são evocados alguns conceitos da Linguística do Texto pertinentes às reflexões aqui desenvolvidas (MARCUSCHI, 2008); O processo de comunicação pela Semiologia do Discurso, e Modos de organização do Discurso, as duas últimas aportadas em Charaudeau (2007; 2008). Na segunda seção – Revisão da literatura – são revisitados alguns pontos que concernem à constituição do editorial enquanto um gênero estável (MEDIANEIRA DE SOUZA, 2006; PERFEITO, 2007; CRUZ, 2018). A quarta seção – Análise – consiste na apresentação do texto utilizado e dos comentários feitos com base nos pontos teóricos elucidados na seção anterior. Por fim, na quinta seção – Considerações finais –, retomam-se os principais pontos discutidos no artigo e apresentam-se as contribuições do trabalho.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 LÍNGUA COMO ATIVIDADE SITUADA

Marcuschi (2008) defende que não nos comunicamos senão por meio de textos, que são concebidos pelo autor como a unidade máxima de funcionamento da língua (p. 88):

Todos nós sabemos que a comunicação linguística (e a produção discursiva em geral) não se dá em unidades isoladas, tais como fonemas, morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, ou seja, por textos. E os textos são, a rigor, o único material linguístico observável, como lembram alguns autores. Isto quer dizer que há um fenômeno linguístico (de caráter enunciativo e não meramente formal) que vai além da frase e constitui uma unidade de sentido. O texto é resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas com seus vínculos no mundo com o qual ele surge e funciona.

Marcuschi (2008: 71-72)

O autor adota a perspectiva textual-interativa que toma a língua como “um conjunto de práticas sociais e cognitivas historicamente situadas” (p. 61). A língua, portanto, é um sistema, um conjunto de símbolos ordenados, cuja manifestação (fala/escrita) é um fenômeno situacionalmente orientado, haja vista que, como um sistema de práticas sociais e históricas, a língua é sensível à sua realidade de produção:

Em suma, a língua é um sistema com o qual falantes/ouvintes (escritores/leitores) agem e expressam suas intenções com ações adequadas aos objetivos em cada circunstância, mas não construindo tudo como se fosse uma pressão externa pura e simples.

[...]

*Certamente, quando estudamos o texto, não podemos ignorar o funcionamento do “**sistema linguístico**” com sua fonologia, morfologia, sintaxe, léxico e semântica; neste caso estamos apenas admitindo que a língua não é caótica e sim regida por um sistema de base. Mas ele não é predeterminado de modo explícito e completo, nem é autossuficiente. Seu funcionamento vai ser integrado a uma série de outros aspectos sensíveis a muitos fenômenos que nada têm a ver com a forma diretamente.*

Marcuschi (2008: 61-62, grifos do autor)

Na comunicação verbal, produzida por meio de linguagem articulada através de uma gramática, coadunam-se fatores cotextuais (relacionados à estrutura interna dos textos, intratextuais) com contextuais (relacionados às suas condições de produção, extratextuais) para a produção dos sentidos. Marcuschi (2008) destaca que a manifestação do texto se dá via língua em todos os níveis: “Não podemos esquecer este aspecto porque sem língua não há texto” (MARCUSCHI, 2008: 87).

É importante ter em mente que, se por um lado, o texto se ancora no contexto situacional com a decisão por um gênero que produz determinado discurso, e por isso não é uma realidade virtual, por outro lado ele concerne às relações semânticas que se dão entre os elementos no interior do próprio texto. Portanto: um texto tem relações situacionais e cotextuais. [...]

Mas isso nos coloca diante de uma situação curiosa, pois em certo sentido todos os textos são virtuais enquanto não se inserirem em algum contexto interpretativo. Só que essa virtualidade diz respeito a um de

seus aspectos, ou seja, sua compreensão efetiva. Esta só se dá numa situação, já que todo sentido é sentido situado.

Marcuschi (2008: 87)

Tomar a língua como sócio-historicamente situada significa admitir que os fatos da língua são orientados pelas ideologias constitutivas da sociedade em que se inserem os seus falantes, logo, as ações linguísticas de seus falantes, que se manifestam por meio de seus discursos, são orientadas pelo meio.

Finalmente, postulamos também que a língua é uma forma de ação, ou seja, um trabalho que se desenvolve colaborativamente entre os indivíduos na sociedade. Nesse caso, a pragmática, como socioprágmatca, passa a ter um papel definido e claro no processo de produção textual, pois é um dos determinantes das condições de produção.

Há ainda um aspecto interessante a respeito da ideia de que a língua é uma forma de ação. Não se deve entender isso como se fosse uma ação voluntarista, particular, consciente e plenamente individual, como postula a pragmática tradicional dos atos de fala. Sempre estamos inseridos num contexto social e em alguma instituição cujos contratos somos obrigados a seguir sob pena de sermos punidos de alguma forma. As instituições, as ideologias, as crenças, etc. são formas de coerção social e política que não permitem ao indivíduo agir como uma entidade plenamente individual. Não somos mais sujeitos cartesianos monolíticos, integrais e indivisíveis, que persistem à margem do corpo e dele se desgarram como uma alma que volta para a divindade. Não se nega a individualidade nem a responsabilidade pessoal, mas se afirma que as formas enunciativas e as possibilidades enunciativas não emanam de um indivíduo isolado e sim de um indivíduo numa sociedade e no contexto de uma instituição.

Marcuschi (2008: 67)

A manifestação dessas ações, na qual se concretiza a veiculação de ideologias e a construção de opiniões, interessa à Semiologia do Discurso, que identifica por quais maneiras os sujeitos se imprimem na linguagem. As seções que seguem apresentam alguns postulados da teoria que se aplicam para a averiguação desses aspectos languageiros.

1.2 O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO PELA SEMIOLINGUÍSTICA DO DISCURSO

Dentro dos estudos de processamento lexical, um dos principais objetivos é compreender o curso temporal do processamento lexical e quais componentes informacionais são essenciais a esse processo. No que tange a pesquisa sobre léxico e morfologia, há alguns termos fundamentais utilizados na literatura, sobre os quais Taft (2001) discute: acesso lexical; processamento lexical; e o que pode ser considerado pré-, pós- ou sub-lexical. É necessário esclarecer a que se refere o primeiro, para que se possa explicar os demais.

A Teoria Semioliológica do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau (2007), parte da perspectiva de que a construção do sentido ocorre discursivamente por meio de uma relação forma-sentido, a partir de uma situação de comunicação que envolve múltiplos sujeitos sociais. Trata-se da transposição do sentido da língua para o discurso, por meio de um duplo processo de semiotização do “mundo real” (transformação e transação) num “mundo significado” (CHARAUDEAU, 2008, p. 13-14). Por meio de categorias de língua, a teoria analisa a linguagem tendo em vista do que se fala e como se fala. Isso é feito considerando-se os sujeitos envolvidos na interação e os projetos de fala que desenvolvem. O processo de construção dos sentidos, portanto, articula tanto elementos de ordem formal – escolhas linguísticas do falante, tendo em vista o que está disponível no sistema linguístico – quanto elementos de ordem social – fatores extralinguísticos relacionados ao contexto de produção dos textos que delimitam as escolhas do falante.

A proposta de Charaudeau (2007) delimita três níveis de análise: i) situacional – que considera, no ato de comunicação, quais são as circunstâncias a influenciar o emissor; ii) discursivo – no qual são observadas as formas que o emissor escolhe para se manifestar a partir das restrições situacionais; iii) semioliológico – realização linguística efetiva a partir das coerções que os outros níveis exercem.

A Análise do Discurso adota o conceito de enunciação tendo em vista a articulação entre língua e discurso. Na concepção de língua, são englobadas as marcas linguísticas que expressam o posicionamento do enunciador, enquanto na concepção discursiva observa-se a utilização de artifícios do sujeito enunciador, na situação de comunicação, para o sujeito “encenar seu dizer”, ou seja, lançar mão dos conhecimentos que compartilha com o interlocutor, para, assim, produzir efeitos de sentido no discurso de acordo com seu propósito comunicativo. Tais conceitos relacionam-se às situações de comunicação e enunciação. Essa está relacionada ao entorno da situação

discursiva, dando pistas ao locutor das características identitárias do interlocutor e da situação discursivo-comunicacional em que ambos se inserem. Esta, por sua vez, relaciona-se à resposta do locutor às pistas fornecidas, englobando a encenação do discurso.

Um termo importante para os analistas do discurso é “contrato de comunicação”, o qual considera que, para que seja possível a intercompreensão, uma série de saberes compartilhados atua sob o controle de normas, acordos e convenções dominados pela comunidade em que se inserem os discursos. Tal termo foi cunhado para definir as características discursivo-pragmáticas que tornam válidos os atos de comunicação, fazendo com que os sujeitos envolvidos na ação comunicativa se compreendam:

Tal conceito bem se articula com a concepção interacional da língua, na qual:

*os sujeitos são vistos como **atores/construtores sociais, sujeitos ativos que — dialogicamente — se constroem e são construídos no texto**, considerado o próprio lugar da interação e da constituição dos sujeitos da linguagem. Desse modo, há lugar, em todo e qualquer texto, para toda uma gama de implícitos, dos mais variados tipos, somente detectáveis quando se tem, como pano de fundo, o contexto sociocognitivo dos participantes da interação.*

Koch & Elias (2010: 10-11, grifos das autoras).

Para a descrição do contrato de comunicação que Charaudeau (2008) propõe, são levados em conta aspectos externos à língua (situação de troca) e aspectos internos (características discursivas predeterminadas pelos traços situacionais). A articulação desses aspectos leva à definição de quatro condições de enunciação para a troca linguageira: i) *as condições de identidade*, que se referem às características dos interlocutores (gênero, ocupação, faixa etária, estado afetivo, condições econômicas, relações de prestígio e estigma etc.); ii) *as condições de finalidade*, que compõem os objetivos comunicacionais da troca linguageira (prescrever, informar, incitar, emocionar etc.); iii) *as condições de propósito*, que demarcam o tema no qual o enunciado se encontra inscrito; iv) *as condições do dispositivo*, que abarcam os lugares que os sujeitos ocupam no espaço físico e o canal em que se desenvolve a troca linguageira.

São essas condições (internas e externas) nas quais se realiza um ato de linguagem que definem o contrato de comunicação, permitindo que os sujeitos envolvidos na troca linguageira se reconheçam mutuamente dentro

dos papéis que assumem (princípio da alteridade), compreendam os saberes implicados no ato de linguagem (princípio da pertinência) e os objetivos da troca (princípio da influência), considerando as circunstâncias materiais/situacionais.

O estabelecimento de relações na produção do discurso envolve, como dito anteriormente, elementos de naturezas social e discursiva. Além disso, outro tipo de interação acontece na produção de enunciados e ganha destaque nas análises com base na Semiologia do discurso, a interação entre os sujeitos envolvidos no momento da enunciação. Tal interação leva em conta os conhecimentos sócio-pragmáticos dos interlocutores, é o que os torna capazes de utilizar os implícitos e não gerar problemas de compreensão. Nesse sentido, Charaudeau (2008) cunha o termo ato de linguagem, que articula, por meio de uma encenação, o que é implícito e o que é explícito na linguagem.

No ato comunicativo, atuam duas entidades, que se desdobram em duas cada uma, instaurando-se nos espaços *interno* e *externo*. O espaço interno consiste no circuito de fala, no qual são construídos discursivamente dois sujeitos, um *sujeito enunciador* (EUE) e um *sujeito destinatário* (TUD), que não precisam corresponder aos sujeitos sociais. O espaço externo representa a situação de comunicação, nele encontram-se um *sujeito comunicante* (EUC) - que origina e organiza o ato de linguagem - e um *sujeito interpretante* (TUI) - que recebe e interpreta o que o outro produz -, coincidindo, nesse espaço, ambos com os sujeitos reais existentes no mundo social (CHARAUDEAU, 2008).

1.3 MODOS DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO

Os Modos de organização são descritos por Charaudeau (2008) como “procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação” (p. 74). Eles são subdivididos de acordo com o objetivo do sujeito comunicante, que pode ser contar, descrever, argumentar e enunciar. Tais objetivos consistem nas funções de base dos Modos: “A função de base corresponde à finalidade discursiva do Projeto de fala do locutor” (CHARAUDEAU, 2008: 74). A partir das informações situacionais e discursivas às quais se tem acesso na elaboração do projeto de fala:

o locutor lança mão de estratégias para encenar seu dizer e produzir os efeitos desejados. Se a finalidade comunicativa do locutor for a de enunciar seu ponto de vista sobre os fatos do mundo, o modo de organização será o enunciativo; se for a de identificar e qualificar seres

e processos, então o modo de organização será o descritivo; se for a de construir uma sucessão de ações no tempo para produzir um relato, o modo será o narrativo; se, por fim, a finalidade for a de expor e provar causalidades para influenciar e persuadir o interlocutor, o modo de organização será o argumentativo.

Cada um desses modos de organização do discurso apresenta, segundo Charaudeau (2009b), uma função de base e um princípio de organização. A função de base consiste na essência de cada modo, na finalidade comunicativa correspondente a cada um; ou seja, diz respeito ao que é enunciar, ao que é descrever, ao que é narrar e ao que é argumentar. O princípio de organização, por seu turno, consiste na lógica de construção do mundo referencial em cada modo, bem como na organização da encenação do discurso. Assim, cada modo de organização é formado por uma lógica própria de seus elementos, os quais, por sua vez, são usados para a construção de uma encenação discursiva.

A lógica de construção de cada modo de organização está associada à maneira como o mundo referencial é semiotizado, ou seja, à forma pela qual o mundo real/material é transformado em discurso, por meio de uma representação simbólica realizada pelo sistema linguístico.

Halfeld (2016: 27-28)

A seguir, um quadro que apresenta, de maneira sintética, as funções de base e os princípios de organização de cada modo de organização do discurso, elaborado por Charaudeau (2008):

| MODO DE ORGANIZAÇÃO | FUNÇÃO DE BASE | PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO |
|---------------------|--|--|
| ENUNCIATIVO | Relação de influência (EU -> TU) Ponto de vista do sujeito (EU -> ELE) Retomada do que já foi dito (ELE) | Posição em relação ao interlocutor Posição em relação ao mundo Posição em relação a outros discursos |
| DESCRITIVO | Identificar e qualificar seres de maneira objetiva / subjetiva | Organização da construção descritiva (Nomear-Localizar-Qualificar) Encenação descritiva |

| | | |
|---------------|--|--|
| NARRATIVO | Construir a sucessão das ações de uma história no tempo, com a finalidade de fazer um relato. | Organização da lógica narrativa (actantes e processos) Encenação narrativa |
| ARGUMENTATIVO | Expor e provar casualidades numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor. | Organização da lógica argumentativa Encenação argumentativa |

Tabela 1: quadro sintético dos modos de organização do discurso (in CHARAUDEAU, 2008: 75)

Dentre os quatro modos, o primeiro é apresentado no quadro, de forma distinta dos demais, pois “é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação” (CHARAUDEAU, 2008: 81).

O Modo Enunciativo tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é a de dar conta da posição do locutor com relação ao interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse Modo intervém na encenação de cada um dos outros três Modos de organização. É por isso que se pode dizer que este modo comanda os demais.

Charaudeau (2008: 74)

O segundo modo de organização do discurso apresentado é modo *descritivo*, em que o sujeito falante observa o mundo com um olhar parado (contrário ao da narrativa), que dá existência aos seres, a partir das atividades de nomear, localizar e qualificar. O modo descritivo articula-se com os modos *narrativo* e *argumentativo*:

Do ponto de vista do sujeito falante, descrever corresponde a uma atividade de linguagem que, embora se oponha às duas outras atividades, – Contar e argumentar – combina-se com elas.

a) Enquanto contar consiste em expor o que é da ordem da experiência e do desenvolvimento das ações no tempo [...], descrever consiste em ver o mundo com um “olhar parado” que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam. [...]

b) Enquanto argumentar consiste em efetuar operações abstratas de ordem lógica, destinadas a explicar ligações de causa e efeito entre fatos ou acontecimentos, descrever consiste em identificar os seres do mundo,

classificando-os, sem necessariamente estabelecer entre eles uma relação de causalidade.

Charaudeau (2008: 111-112)

O terceiro modo de organização descrito é o modo *narrativo*, que envolve um sujeito autor que, com determinada intencionalidade discursiva, apresenta uma realidade a um destinatário, seja ela fictícia ou não:

Para que haja narrativa, é necessário um “contador” (que se poderá chamar de narrador, escritor, testemunha etc.), investido de uma intencionalidade, isto é, de querer transmitir alguma coisa (uma certa representação da experiência do mundo) a alguém, um “destinatário” (que se pode chamar de leitor, ouvinte, espectador etc.), e isso, de uma certa maneira, reunindo tudo aquilo que dará um sentido particular a sua narrativa [...]

Contar é uma atividade posterior à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como passada (mesmo quando é pura invenção), e, ao mesmo tempo, essa atividade tem a propriedade de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, O universo contado, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através deste universo [...]

Contar é também construir um universo de representação das ações humanas por meio de um duplo imaginário baseado em dois tipos de crenças que dizem respeito ao mundo, ao ser humano e à verdade.

Charaudeau (2008: 154-155)

O quarto e último modo de organização do discurso exposto é o *argumentativo*, que consiste no desenvolvimento de uma série de proposições acerca do mundo e na elaboração de explicações acerca dessas proposições, por parte do sujeito autor, com a finalidade de convencer o sujeito receptor:

Para que haja argumentação, é necessário que exista:

– uma proposta sobre o mundo que provoque um questionamento, em alguém, quanto à sua legitimidade (um questionamento quanto à legitimidade da proposta).

– um sujeito que se engaje em relação a esse questionamento (convicção) e desenvolva um raciocínio para tentar estabelecer uma verdade (quer seja própria ou universal, quer se trate de uma simples aceitabilidade ou de uma legitimidade) quanto a essa proposta.

– um outro sujeito que, relacionado com a mesma proposta, questionamento e verdade, constitua-se no alvo da argumentação. Trata-se da pessoa a que se dirige o sujeito que argumenta, na esperança de conduzi-la a compartilhar da mesma verdade (persuasão) sabendo que ela pode aceitar (ficar a favor) ou refutar (ficar contra) a argumentação.

Charaudeau (2008: 205)

Tendo em vista que o texto analisado neste trabalho pertence ao gênero editorial, sendo, portanto, um texto com predominância do modo de organização argumentativo, buscou-se trazer também as considerações de Pauliukonis (2011) acerca dos textos de base argumentativa, a fim de dar destaque a esse tipo de texto:

Todo texto de base argumentativa fundamenta-se em um dispositivo argumentativo em que um sujeito argumentador, em interação com um sujeito leitor/interpretante, diante de uma temática polêmica, põe-se a defender uma tese. [...] Assim: o tema constitui o problema ou o conteúdo do texto; a tese, o posicionamento do sujeito em relação à problemática; e os argumentos, as provas que permitem embasar o ponto de vista defendido. [...] Os textos argumentativos, em geral, pretendem convencer o leitor de uma “verdade”, que fundamenta a tese, que tem por objetivo alertar a sociedade ou alterar pontos de vista.

Pauliukonis (2011: 255)

O trecho supracitado aborda os principais componentes de um texto com predominância do modo argumentativo de organização do discurso. Aponta-se o objetivo de um texto que se propõe argumentativo: convencer. Argumentar, então, é, por meio de provas e argumentos (que são construídos discursivamente), fazer com que o receptor seja convencido de um ponto de vista.

Sendo um texto o produto material do ato de comunicação, que é constituído pelas escolhas linguísticas que o sujeito falante faz a partir das restrições impostas pela situação de comunicação (CHARAUDEAU, 2008), é preciso ter em mente, para a análise de textos pela ótica da Semiologia do discurso, quais modos de organização e categorias de língua são empregados na construção desses textos, a fim de investigar os possíveis efeitos de sentido que se pretende alcançar na sua construção. A próxima

seção aborda os mecanismos envolvidos na construção de um texto com base no que foi discutido até aqui.

2. REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Marcuschi (2008), entende-se domínio discursivo como “uma esfera da vida social ou institucional [...] na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão” (p. 194). Nesse sentido, os domínios “acarretam formas de ação, reflexão e avaliação social que determinam formatos textuais que em última instância desembocam na estabilização de gêneros textuais” (MARCUSCHI, 2008: 194). O gênero editorial tem circulação nos jornais, portanto, faz parte da esfera jornalística.

Quanto aos assuntos abordados, os editoriais têm como característica a vinculação aos acontecimentos sócio-históricos do momento, aqueles que estão na ordem dia, ou seja, em evidência naquele momento histórico, em uma dada comunidade, seja municipal, regional ou nacional. Ou aqueles que representam os interesses da revista naquele momento. São áreas de interesse do editorial, por exemplo, novos acontecimentos das áreas política, econômica, científica, cotidiana, entre outras, nos editoriais dos jornais e das revistas de informação; e saúde, amor, profissões, moda, entre outras, nos editoriais das revistas femininas.

Medianeira de Souza (2006: 64)

Por se tratar de um gênero que acompanha os acontecimentos dos momentos e dos contextos em que os periódicos se inserem, deve-se destacar um aspecto que o diferencia de outros textos que também o fazem:

Os gêneros jornalísticos, no Brasil, aparecem, segundo Marques de Melo (2003: 65), agrupados dentro das seguintes categorias: o jornalismo informativo que abarca os gêneros: nota, notícia, reportagem, entrevista; e o jornalismo opinativo que compreende os gêneros: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Esse segundo grupo diferencia-se por possuir um teor valorativo implícito quanto aos acontecimentos e por se destinar a emitir opiniões sobre os fatos, elementos que não se fazem presentes no primeiro grupo.

Medianeira de Souza (2006: 61)

O editorial é um gênero cuja funcionalidade é a de expressar a opinião do periódico em que se insere, não recebendo assinatura específica. “Em sendo altamente argumentativo, obviamente, o editorial está classificado como um gênero discursivo da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004: 61). E logo, grosso modo, apresenta ideias, justificativas, sustentações, negociações e conclusão.” (PERFEITO, 2007: 482). É, por natureza, um texto opinativo.

O jornalismo opinativo tem crescido e ganhado espaço de forma contínua nos últimos tempos. Os jornais passaram a ser, além de condutores/formadores de opinião, também detentores de forças políticas e econômicas. Aparentemente, o jornal fala ao poder público e às autoridades em geral em nome da sociedade, tomando como intermediário da enunciação (enunciatário) o seu público leitor. No entanto, por trás de suas palavras está, também, a ideologia seguida pelo próprio jornal, os interesses políticos deste e de seus financiadores. Portanto, os gêneros jornalísticos, em especial os opinativos, perdem sua objetividade tendo em vista alcançar um propósito que está implícito em seu discurso.

Cruz (2018: 48-9)

Como pertencente a um gênero argumentativo, o objetivo de um editorial é convencer os leitores das opiniões que veicula. Mas o editorial não se restringe só a veicular opiniões:

Segundo Marques de Melo (2003: 74), a essência do jornalismo tem sido historicamente a informação, aí compreendido o relato dos fatos, sua apreciação, seu julgamento racional. Assim sendo, um editorial opina, julga, mas, por sua vez, também informa e relata.

O editorial é o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento, mas, para atribuir o sentido de opinião da empresa, necessário se faz caracterizar as “relações de propriedade” da instituição jornalística, pois o editorial na sociedade capitalista reflete o consenso de opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização. (cf. MARQUES DE MELO, 2003). O editorial, pois, afigura-se como um espaço de contradições. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana.

A ausência de assinatura atribui as opiniões presentes no texto ao periódico como um todo: “O editorial, como um elemento do jornalismo opinativo, não poderia deixar de ser um dos gêneros discursivos presentes no jornal e que expressa o ponto de vista (seja ideológico, político ou econômico) do mesmo” (CRUZ, 2018: 49). É, portanto, um texto de suma importância para os periódicos, por dar-lhes voz de maneira diferente do que dão os outros textos que os constituem, uma vez que, no editorial, não ecoam diretamente as vozes de redatores específicos – o que poderia direcionar a leitura dos textos desse gênero para uma conformidade com as ideias previamente expressas pelos autores a que fossem atribuídos.

Há que se destacar, entretanto, que a ausência de autoria, ao contrário do que se pode imaginar, não garante a neutralidade dos textos, haja vista que são textos demarcadamente opinativos: “o editorialista é um argumentador que organiza seu texto com a nítida função de influenciar o seu leitor, conquistando-o, convencendo-o, fazendo-o agir ou pensar em uma determinada direção” (MEDIANEIRA DE SOUZA, 2006: 64).

O profissional encarregado por sua redação é denominado editorialista. E, portanto, sua função é a de se posicionar sobre temas polêmicos, manifestando sua adesão ou rejeição perante os assuntos locais, nacionais ou internacionais relevantes, através de mecanismos argumentativos próprios do jornalismo escrito.

Perfeito (2007: 482)

Em geral, o editorialista (profissional responsável pela redação do editorial) não é uma pessoa, mas um grupo de pessoas, que podem ou não partilhar de uma mesma ideia sobre determinado tema. Estes profissionais estão incumbidos da tarefa de passar aos leitores a visão do jornal, que, como dito anteriormente, vai depender de diversos fatores como ideologia do jornal, interesses de terceiros (financiadores e acionistas, por exemplo), público-alvo, entre outros. Segundo Araújo (2007: 3), – o editorialista possui como função articular um discurso que consiga conciliar as opiniões de todos os que sustentam financeiramente a instituição jornalística. É ainda função do editorialista se posicionar frente a temas polêmicos, aderindo ou rejeitando aos assuntos que estão em foco em âmbito local, nacional ou mesmo internacional.

É interessante observar que, tal como todo texto, os editoriais podem variar quanto às estratégias empregadas para a construção dos sentidos. Uma estratégia para o editorialista se afastar do discurso presente nos textos que pode incorrer no editorial é atribuir as ideologias expressas a outros. É comum que sejam feitas menções à fala de terceiros ao longo do texto, geralmente destacando opiniões acerca do tema abordado. Trata-se de uma característica do domínio jornalístico (MARCUSCHI, 2008: 195). Assim, a reprodução da fala de terceiros, por exemplo, corresponde a uma característica desse domínio, que, junto a outras, confere ao gênero editorial uma linguagem típica dos textos dessa esfera. O editorialista pode, portanto, fazer uso consciente de uma neutralidade pretensa, em que tanto há um posicionamento específico, exigência do gênero, quanto o levantamento da autoria a que a ausência de assinatura dá margem.

Báccaro (2007: 3) nos coloca que o estudo de gêneros jornalísticos é de enorme relevância social, uma vez que seus – discursos circulam na sociedade e, muitas vezes, ajudam a formar opiniões. Ela afirma que – o discurso jornalístico baseia-se na busca de uma neutralidade e objetividade, mantendo assim uma relação de transparência com seus leitores. Essa “neutralidade”, contudo, é ilusória: a linguagem e o discurso sempre contêm intencionalidade.

Cruz (2018: 48)

Tendo em vista o aspecto duplo do editorial – manifestando tanto certa neutralidade relacionada à não atribuição do texto a um autor específico quanto sendo um espaço de contradições no qual aflui a convergência de opiniões distintas por parte do corpo editorial e dos agentes externos que os influenciam –, a próxima seção analisará um exemplar do gênero a fim de verificar, sob a ótica dos postulados da Teoria Semiolinguística do Discurso, como a linguagem é articulada para a exposição do ponto de vista do periódico e também para o estabelecimento da neutralidade comentada.

3. ANÁLISE

Nesta seção, serão apresentados um texto pertencente ao gênero editorial, publicado no jornal O Globo, em 27 de novembro de 2017, e uma proposta introdutória de análise desse texto a partir dos pontos teóricos da Semiologia do Discurso abordados anteriormente.

UM GRANDE RETROCESSO

O avanço, na Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181, que proíbe todos os tipos de aborto no país, mesmo os previstos em lei, representa um retrocesso para a sociedade. Modificações num projeto que tinha como objetivo estender o prazo de licença-maternidade para mães de prematuros acabaram deslocando o centro do debate, gerando uma série de protestos na Casa e nas ruas. O cerne da questão é o fato de o texto estabelecer que a vida começa já no momento da concepção. O que, na prática, significa criminalizar todo e qualquer processo de aborto.

Pelo artigo 128 do Código Penal, o aborto é permitido quando não há outro meio de salvar a vida da gestante (aborto necessário), ou quando a gravidez é decorrente de estupro — neste caso depende do consentimento da gestante ou de seu representante legal. Desde 2012, a partir de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), é autorizado também nos casos em que o feto é diagnosticado com anencefalia.

A polêmica sobre o assunto ganhou tonalidades mais fortes no dia 8 de novembro, quando uma comissão especial da Câmara aprovou, por 18 votos (todos de parlamentares homens) a um, o texto do relator da PEC, deputado Jorge Mudalen (DEM-SP). A decisão contou com apoio maciço da bancada evangélica, que detém a maioria das 33 cadeiras da comissão. A deputada Erika Kokay (PT-DF), única a votar contra a PEC que já está sendo chamada de Cavalo de Tróia, disse que o texto promove uma fraude, à medida que se aproveita de um projeto consensual para impor a retirada de direitos das mulheres.

As manobras para aprovar a proposta na Câmara têm causado indignação em movimentos de mulheres, que enxergam as mudanças como um inaceitável recuo na legislação brasileira sobre aborto — que, aliás, é de 1941. No dia 13, houve manifestações no Rio, em São Paulo e outras 28 cidades do país contra a PEC 181.

O próprio governo tem emitido sinais que vão contra a proposta engendrada na Câmara. Num evento internacional, no Chile, no

mesmo dia em que o texto foi aprovado na comissão, o Itamaraty destacava o fato de o SUS prestar atendimento a mulheres nos casos de aborto previstos em lei. A Chefe da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, Marise Nogueira, alertou para o fato de que as mudanças contrariam compromissos internacionais assumidos pelo país.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também parece caminhar na contramão da PEC. Ele tem dito que o projeto não deverá prosperar na Casa se insistir em criminalizar o aborto em casos de violência contra a mulher.

Em meio ao calor do debate, é preciso restabelecer o bom senso. O aborto deve ser visto como uma questão de saúde pública. Relatório da ONU mostra que a interrupção da gravidez em condições de risco ocupa o terceiro lugar entre as causas de morte materna em todo o mundo. No Brasil, estima-se que a cada dois dias uma mulher morre vítima de aborto clandestino, por falta de cuidados essenciais. Não se pode fechar os olhos para essa situação. A hipocrisia pode até mascarar, mas não resolve o problema.

Editorial de O Globo (27/11/2017)

Por se tratar de um gênero textual não assinado, o sujeito produtor do ato de comunicação pode ser identificado como um editorialista do jornal O Globo, e o sujeito receptor é leitor do editorial. Assim, no nível situacional, é revelada a identidade dos sujeitos envolvidos na situação de comunicação.

No ato comunicativo, tais sujeitos desdobram-se em quatro. No espaço interno, figuram os sujeitos discursivos: o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito destinatário (TUD), que correspondem aos protagonistas da interação linguageira. No espaço externo, figuram os sujeitos sociais, reais: o sujeito comunicante (EUC), que corresponde à figura do editorialista do jornal O Globo, e o sujeito interpretante (TUI), que corresponde ao leitor do editorial. O EUC e o TUI constituem os parceiros da troca linguageira, que, numa relação contratual, se reconhecem mutuamente e estão cientes do papel que cada um ocupa no ato comunicativo. Nesse sentido, o EUC – o editorialista do jornal – é o produtor dos atos de linguagem, que constrói a imagem de um EUE e cria hipóteses de um TUI, para, a partir do debate em torno da PEC 181 na Câmara dos deputados, desenvolver sua reflexão e apresentar um posicionamento acerca da criminalização do aborto (propósito).

A situação de comunicação é regida por um contrato de comunicação (CHARAUDEAU, 2008) em que se estabelecem as condições para a troca linguageira entre os interlocutores. Assim, tem-se um texto de caráter

opinativo, que trata de um assunto de interesse político-social, com linguagem formal e estilo midiático, que se configuram como características do gênero em análise, respeitando-se, assim, o espaço de restrições.

O texto apresenta os quatro modos de organização do discurso, que se relacionam harmoniosamente na tessitura textual. No modo enunciativo, por meio do qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação, o locutor dá voz a uma terceira pessoa do discurso, e, por meio da delocução, assume papel de testemunha do ato de enunciação. Comprovam essas afirmações o uso de 3ª pessoa do singular, o caráter objetivo do texto e a ausência de outras pessoas do discurso, o que corresponde a uma situação monologal.

No primeiro parágrafo, destaca-se o modo argumentativo, pois são feitas asserções sobre coisas do mundo. Neste caso, logo no primeiro período, apresenta-se um posicionamento negativo em relação ao avanço da PEC 181 na Câmara dos Deputados: “representa um retrocesso para a sociedade”. Em seguida, é apresentada a tese a ser defendida ao longo do texto, a de que o fato de o texto do projeto estabelecer que a vida começa já no momento da concepção significa, na prática, criminalizar todo e qualquer processo de aborto.

O enfoque dado à opinião do locutor – que neste caso é representado pelo Jornal O Globo, visto que se trata de um texto não assinado – é uma estratégia que serve para atrair a atenção do leitor, devido ao fato de ser um posicionamento que gera polêmica acerca do assunto em discussão (o propósito), não só no campo político, mas na sociedade em geral, visto que a discussão sobre o aborto é bastante controversa no Brasil.

No parágrafo seguinte, a fim de construir sua legitimidade acerca do assunto tratado e influenciar o leitor, o enunciador incorpora em seu texto informações factuais, apresentando os três casos em que o aborto é considerado legal pelo artigo 128 do Código Penal, atuando, desta forma, o princípio da alteridade (CHARAUDEAU, 2007: 15). Essa estratégia confere autoridade ao enunciador e legitimidade à tese defendida.

Os terceiro e quarto parágrafos apresentam o modo narrativo de organização do discurso. Veja-se que, nesta sequência, são utilizados verbos no tempo pretérito perfeito:

(1) A polêmica sobre o assunto **ganhou** tonalidades mais fortes **no dia 8 de novembro, quando** uma comissão especial da Câmara **aprovou**, por 18 votos (todos de parlamentares homens) a um, o texto do relator da PEC, deputado Jorge Mudalen (DEM-SP). A decisão **contou** com apoio maciço

da bancada evangélica, que detém a maioria das 33 cadeiras da comissão. A deputada Erika Kokay (PT-DF), única a votar contra a PEC que já está sendo chamada de Cavalo de Tróia, **disse** que o texto promove uma fraude, à medida que se aproveita de um projeto consensual para impor a retirada de direitos das mulheres.

(2) As manobras para aprovar a proposta **na Câmara** têm causado indignação em movimentos de mulheres, que enxergam as mudanças como um inaceitável recuo na legislação brasileira sobre aborto – que, aliás, é de 1941. **No dia 13, houve** manifestações **no Rio, em São Paulo** e outras 28 cidades do país contra a PEC 181.

Além disso, com relação ao modo narrativo, destaca-se, também, o uso de advérbios de tempo e locuções adverbiais de tempo e lugar (‘quando’, ‘no dia 8 de novembro’, ‘na Câmara’), que servem para localizar no tempo e no espaço os fatos narrados. Essas estratégias conferem ao texto uma lógica narrativa, demonstrando uma sucessão de fatos ocorridos em torno do assunto tratado.

Ainda nesses dois parágrafos, destacam-se as escolhas lexicais que contribuem para a orientação argumentativa do texto. A começar pela anáfora encapsuladora “A polêmica”, referindo-se à discussão sobre a PEC 181. Destaque-se que a palavra “polêmica” atualiza noções de discussão, controvérsia, debate. A palavra “manobras” também contribui significativamente, pois, no campo político, atualiza noções de estratégias, armadilhas para atingir determinado fim. Além disso, contrapõe-se as personagens da discussão: a bancada evangélica e a deputada Erika Kokay (PT-DF). Nessa contraposição, percebe-se que, subjetivamente, o enunciador tende mais ao lado da deputada, visto que reproduz o argumento da parlamentar, além de trazer à discussão a disparidade de gênero na votação, além de citar o movimento das mulheres.

Nos parágrafos que seguem, destaca-se o modo descritivo de organização do discurso, evidenciado pela caracterização de algumas personalidades, tais como Marise Nogueira, “Chefe da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty”, e Rodrigo Maia, “presidente da Câmara”. Por meio da identificação e caracterização desses indivíduos, atuam o princípio da nomeação e da qualificação, em que determinados seres são identificados e qualificados objetivamente no imaginário social. Trata-se de uma estratégia, segundo Koch (2005: 36), de ativação de conhecimentos culturalmente pressupostos como compartilhados. Por meio da identificação e qualificação

dos referentes, o receptor é levado a construir uma imagem deles, podendo fazer seus próprios julgamentos acerca dos mesmos e de suas declarações.

É importante salientar que, ao longo do texto, a defesa da não criminalização do aborto é usada com base na proteção dos direitos, da saúde e da vida das mulheres. Entretanto, a utilização desses argumentos é feita de forma indireta, visto que estes não se revelam no texto através da voz do enunciador, mas de terceiros: a deputada Erika Kokay, Marise Nogueira e o presidente Rodrigo Maia. Observe-se nos fragmentos abaixo:

(3) A deputada Erika Kokay (PT-DF) [...] disse que **o texto promove uma fraude, à medida que se aproveita de um projeto consensual para impor a retirada de direitos das mulheres.**

(4) [...] o Itamaraty destacava o fato de o SUS prestar atendimento a mulheres nos casos de aborto previstos em lei. A Chefe da Divisão de Temas Sociais do Itamaraty, Marise Nogueira, alertou para o fato de que **as mudanças contrariam compromissos internacionais assumidos pelo país.**

(5) O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, também parece caminhar na contramão da PEC. Ele tem dito que **o projeto não deverá prosperar na Casa se insistir em criminalizar o aborto em casos de violência contra a mulher.**

Observa-se que há uma situação de comunicação na qual o enunciador comporta-se como um “relator”, de forma indiferente, “que tenta parafrasear o que o *Outro* disse e da forma como disse” (PAULIUKONIS *et. al.*, 2019: 137-138 [grifos das autoras]). Notadamente, o enunciador utiliza-se dessa estratégia para apagar-se de seu ato de enunciação, que serve para conferir imparcialidade do locutor – neste caso, do Jornal O Globo – em relação ao discurso que se apresenta.

Por fim, no último parágrafo, predomina o modo argumentativo, em que o enunciador apresenta um posicionamento final acerca da problemática, enfatizando que “o aborto deve ser visto como uma questão de saúde pública”, qualificando essa atitude como uma questão de “bom senso”; e utiliza como argumentos dados do Relatório da ONU e estimativas acerca da mortalidade materna pós-aborto. Além disso, fica subentendido que não enxergar o aborto como questão de saúde pública é “fechar os olhos”, uma atitude rotulada, através da nomeação, como “hipocrisia”.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, apresentou-se uma proposta introdutória de análise qualitativa que teve como principal aporte teórico os postulados da Teoria Semi linguística do Discurso, proposta por Patrick Charaudeau (2007). A partir das concepções de Modos de organização do Discurso (CHARAUDEAU, 2008), buscou-se evidenciar como as estruturas linguístico-discursivas bem como a organização textual colaboram para sustentar a tese defendida no texto e revelam posicionamentos do enunciador manifestados ao longo do texto.

Observou-se que o texto se configura, tal como postula a teoria, como uma situação comunicativa regida por um contrato de comunicação, em que atuam dois sujeitos discursivos – sujeito enunciador e sujeito destinatário – e dois sujeitos sociais – sujeito comunicante e sujeito interpretante. A análise demonstrou que o enunciador faz uso dos quatro modos de organização do discurso (enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo) para encenar seu dizer, além de utilizar variadas estratégias de construção argumentativa em defesa da tese apresentada. Além disso, evidenciou-se que ainda que o enunciador se comporte como um relator, por meio de uma linguagem mais neutra, em função do gênero editorial de jornal, ele destaca a opinião de terceiros, bem como apresenta dados factuais, que colaboram para a defesa de seu ponto de vista, garantindo-lhe legitimidade e autoridade.

Este trabalho, mesmo que introdutório, possibilita a seu leitor observar as variadas estratégias utilizadas na confecção do exemplar do gênero editorial selecionado, tendo em mente a intenção do produtor da mensagem de provocar a adesão do ponto de vista no texto defendido. Além disso, as ideias aqui articuladas permitem ao leitor refletir sobre como tais estratégias operam para a construção de textos em geral de base argumentativa, dando-lhe instrumentos para a identificação e análise tanto do gênero editorial quanto de outros textos de gêneros predominantemente argumentativos.

REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semi linguística do texto e do discurso. Tradução de Angela Maria da Silva Corrêa. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. **Da Língua ao Discurso: Reflexões para o ensino**. 2. ed., Rio de Janeiro: Lucerna, 2007[2005]: 11-29.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

COELHO, Adriana Lopes Rodrigues. Os modos de organização do discurso e a leitura guiada por emoções. In: GOUVÊA, Lúcia Helena Martins (org.). **Argumentação pela emoção: Um caminho para persuadir**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017: 247-273.

CRUZ, Lucas da. **Os marcadores discursivos, pronomes e verbos e seus efeitos de sentido em editoriais das revistas Carta Capital e Veja sob uma análise linguística**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2018.

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernand. **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização: Roxane Rojo; Glaís Sales Cordeiro. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004. 278 p.

HALFELD, Paula Crespo. **O modo de organização enunciativo no gênero blog: um estudo sobre subjetividade e diversidade contratual**. 2016. 212 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

KOCH, Ingedore Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008, p. 145-226.

MEDIANEIRA DE SOUZA, Maria. **Transitividade e construção de sentido no gênero editorial**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife(PE), 2006.

O GLOBO. Um grande retrocesso. Editorial. 27 de novembro de 2017. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/opiniao/um-grande-retrocesso-22109418>>. Acesso em 27 de março de 2020.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida. Texto e contexto. In: VIEIRA, Silvia Rodrigues; BRANDÃO, Silvia Figueiredo (org.). **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2011: 239-258.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino *et. al.* A enunciação enunciada: Reflexões sobre o diálogo entre Linguística do Texto e Semiologia do Discurso. Vitória: **Revista (Con)Textos linguísticos, PPGEL-UFES**, V. 13, n. 25, 2019[2007]: 135-158.

PERFEITO, Alba Maria. Gênero editorial: análise linguística contextualizada às práticas de leitura e de produção textual. In: **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais**, 4, 2007. Tubarão: Ed da Unisul, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2007: 479-490.